



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PATU-CAP
DEPARTAMENTO DE LETRAS-DL
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS**

ANTONIA ROBERTA DE MENEZES

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE AS DIFICULDADES
ENFRENTADAS PELOS DOCENTES NO ENSINO DE ALUNOS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

**PATU/RN
2020**

ANTONIA ROBERTA DE MENEZES

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE AS DIFICULDADES
ENFRENTADAS PELOS DOCENTES NO ENSINO DE ALUNOS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Monografia apresentada a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a. Ma. Maria Karoliny Lima de Oliveira.

PATU/RN
2020

Catlogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

M543e Menezes, Antonia Roberta de
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE AS
DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS DOCENTES
NO
ENSINO DE ALUNOS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA. / Antonia Roberta de Menezes. Patu-RN, 2020.
43p.

Orientador(a): Profa. M^a. Maria Karoliny Lima de
Oliveira.

Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em
Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Docente. 2. Transtorno do Espectro Autista. 3.
Ensino-aprendizagem. I. Oliveira, Maria Karoliny Lima de.
II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III.
Título.

ANTONIA ROBERTA DE MENEZES

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE AS DIFICULDADES
ENFRENTADAS PELOS DICENTES NO ENSINO DE ALUNOS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Monografia apresentada ao Departamento de Letras - DL, do Campus Avançado de Patu – CAP, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito obrigatório para a obtenção do título de graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas.

Aprovada em: 11 / 12 / 2020.

Banca Examinadora

Maria Karoliny Lima de Oliveira

Prof^a. Ma. Maria Karoliny Lima de Oliveira
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Anikele Frutuoso

Prof^a. Ma. Anikele Frutuoso
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Bianca Sonale Fonseca da Silva

Prof^a. Bianca Sonale Fonseca da Silva
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Ao meu sobrinho Kaleo, que com toda pureza e inocência do seu sorriso, desperta em nós que convivemos diariamente com ele, um amor forte e capaz de superar todos os obstáculos.
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por ter me permitido chegar até aqui, me ajudando a enfrentar todas as barreiras com sua graça e misericórdia sobre a minha vida.

À minha mãe **Antônia Conceição**, que sempre foi um exemplo de mulher guerreira e de fé, e nos momentos mais difíceis durante esses quatro anos de graduação foi quem sempre esteve do meu lado para me consolar com suas palavras de ânimos e incentivo.

Ao meu pai **Rogério Menezes**, que sempre me falava “estude, porque o saber é algo que ninguém pode tirar de você”, ele que viveu comigo esse sonho de ver a primeira filha dele formada.

Às minhas irmãs, **Renata Menezes** que esteve constante comigo nas horas de desesperos até tarde da noite, com sua calma e contribuição nos trabalhos e textos, mesmo sendo das exatas ela sempre estava ali presente a me ajudar no que fosse possível e **Rogeane Menezes** porque acreditou que eu iria conseguir chegar até o final desse curso, ela que me presenteou com os dois amores mais puro que dão sentido à minha vida hoje, meus sobrinhos **Kaleo** e **Samuel**.

Ao meu irmão **Josafá Menezes**, minha gratidão plena por toda disponibilidade de me levar e trazer todos os dias cedinho até a cidade de Patu, muitas vezes até de baixo de chuva, isso eu não vou esquecer nunca.

À minha família em geral, pois cada um contribuiu de alguma forma para que esse sonho se concretizasse.

Aos meus colegas de graduação, que juntos enfrentamos as barreiras e desafios desse curso incentivando sempre uns aos outros, **Elba Paiva**, **Jeckson Dantas**, **Kelly Karoline**, **Ritônio Barros**, **Paula Joice**, **Lara Jayanne** e de forma especial agradeço a ela, minha amiga **Fabiana Gomes** minha dupla de artigos, companheira de eventos e viagens que sempre esteve comigo, tenho certeza que essa amizade que construímos na faculdade será para a vida toda.

Não posso deixar de agradecer também a minha amiga e irmã em Cristo **Deígna Souza**, que foi uma das primeiras pessoas a ficar sabendo da escolha desse tema e desde então sempre me ajudou mesmo distante, mas me enviava materiais sobre o assunto e me incentivava com palavras de apoio e em orações.

Às minhas professoras que muito contribuíram na minha formação cada uma com seus ensinamentos. Meu muito obrigada a elas: **Beatriz Pazini Ferreira**, **Annie**

Tarsis MoraisFigueiredo, Francisca Lailsa Ribeiro, Antônia Sueli Silva Gomes Temóteo, Maria Leidiana Alves e Cláudia Maria Felício Ferreira Tomé.

E meu agradecimento especial, a minha orientadora, professora **Ma. Maria Karoliny Lima de Oliveira** por todo apoio e dedicação com esse trabalho, que também tem muito dela, sem a sua ajuda e palavras de incentivo sempre me falando que tudo ia dá certo e que “iriamos conseguir juntas” nada disso teria acontecido.

As professoras **Anikele Frutuoso** e **Bianca Sonale Fonseca da Silva**, por terem aceitado o convite de participar da banca examinadora deste trabalho.

O tratamento mais efetivo com crianças com autismo é a educação.
(Revière)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar quais as dificuldades enfrentadas pelo docente no processo de ensino-aprendizagem dos alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista em uma Escola Estadual do município de Olho d'água do Borges RN. Tendo como questão norteadora "Quais os suportes necessários o docente recebe para trabalhar com aluno autista em sala de aula no processo de ensino aprendizagem?". Os objetivos específicos foram desenvolvidos buscando identificar os métodos desenvolvidos pelo professor de língua portuguesa para contemplar o ensino de alunos com o transtorno, e verificar as dificuldades para o desenvolvimento do ensino encontradas pelo professor de escola regular em sala de aula com alunos autistas, refletindo sobre os possíveis caminhos para solução dessas dificuldades encontradas na construção do ensino e aprendizagem. Para tanto, adotamos a abordagem qualitativa, empírico-teórica. O método de levantamento de dados escolhido foi o questionário com dez questões abertas enviado para a professora da disciplina de língua portuguesa em uma turma do 7º ano. Para desenvolvimento da pesquisa, utilizamos como orientação teórica Mantoan (2015), Coll, Marchesi, Palacios & Cols. (2004), Melo (2007), Declaração de Salamanca (1999), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 (BRASIL) 1994, O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM (2014) e a Convenção da Guatemala (1999). Com os resultados da pesquisa foi possível perceber que existe uma carência na falta de profissionais especializados, para trabalhar com alunos diagnosticados com o transtorno do espectro autista, bem como a falta de investimento e incentivo na educação pública para pessoas que apresentam necessidades especiais.

Palavras- Chave: Docente. Transtorno do Espectro Autista. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This paper will focus on analyze the struggle faced by the teacher in the teaching-learning process of students diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD), in a public School in the city of Olho d'água do Borges RN. With the guiding question "What are the necessary supports that the teacher receives to work with an autistic student in the classroom in the teaching-learning process?", The specific objectives were developed seeking to identify which methods were used by the Portuguese teacher to contemplate the teaching of students with the disorder, and to investigate the difficulties for the increase of teaching found by the school teacher in the classroom with autistic students, reflecting on the possible ways to solve these difficulties found in the construction of teaching and learning. For that, we adopted the qualitative, empirical-theoretical approach, the method of data collection that we chose was the questionnaire, we sent it to the Portuguese teacher of a 7th year classe, for the theoretical part we used theorists such as: Mantoan (2015), Coll, Marchesi, Palacios & Cols. (2004), Melo (2007), Declaração de Salamanca (1999), a Lei de Diretrizes and Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 (BRASIL) 1994, O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM (2014) and the Convenção da Guatemala (1999). With the results of the research it was possible to notice that there is a lack of specialized professionals to work with students diagnosed with (ASD), as well as the lack of investment and incentive in public education for people with special needs.

Keywords: Teacher. Autism Spectrum disorder. Teaching-learning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2 EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: CONCEITUAÇÕES TEÓRICAS.....	14
2.1 A formação docente e as dificuldades enfrentadas no ensino inclusivo.....	14
2.2 O autismo e a proposta de uma educação inclusiva.....	19
3 RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO: REFLEXÕES E ANÁLISES SOBRE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TEA.....	23
3.1 Descrição do contexto da pesquisa.....	23
3.2 Participantes.....	24
3.3 Instrumento de coletas de dados.....	24
3.4 Resultados e discussões	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
ANEXOS.....	40

INTRODUÇÃO

A profissão de professor no Brasil é extremamente desafiadora. Se levarmos em conta os aspectos relacionados às condições de trabalho, salários desiguais e carga horária excessiva em sala de aula, além das questões de formação inicial e formação permanente chegaremos a uma gama de desafios no contexto escolar. Por outro lado, o papel do professor quanto formador de saberes pode transformar a vida de uma criança e de um jovem, e dentro de todos esses desafios da carreira docente está o de ensinar a alunos com necessidades educacionais especiais, como é o caso dos que são diagnosticados com o Transtorno do Espectro Autista.

O indivíduo autista apresenta um conjunto de alterações de comportamento do desenvolvimento bastante característico, marcado pela dificuldade de comunicação, interação com outras pessoas e por comportamentos repetitivos, é importante ressaltar que essas são apenas algumas das características e que elas variam em níveis de graus que faz com que as escolas tenham ainda mais necessidade de equipes multidisciplinares para o acompanhamento dos alunos.

O mundo autista é muito diversificado, e a maior dúvida que fica, ao pensarmos nos educadores que vão trabalhar com esses alunos é, será que o professor da rede pública de ensino se sente qualificado para receber e criar possibilidades de aprendizagem a essas crianças em sua sala de aula? O professor está recebendo o suporte necessário para ensinar esses alunos? Existe orientação pedagógica que orienta o professor a como atender as especificidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Levando em consideração a minha reação com o tema, já que o autismo está presente em minha vida desde do diagnóstico do meu sobrinho quando ele ainda tinha apenas dois anos de idade, através do diagnóstico dele passei a ler sobre o autismo e pesquisar mais sobre o tema, e percebi que os trabalhos voltados para essa área estão mais relacionados ao aluno autista que ao professor.

É diante desse cenário de inquietações e questionamentos que este trabalho surge, com o objetivo de realizar discussões mais específicas a partir da análise das dificuldades enfrentadas pelo docente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos diagnosticados com o Transtorno do Espectro Autistas, os objetivos específicos foram desenvolvidos buscando identificar os métodos desenvolvidos pelo professor de língua portuguesa para contemplar o ensino de alunos com o

transtorno, e verificar as dificuldades para o desenvolvimento do ensino encontradas pelo professor de escola regular em sala de aula com alunos autistas, refletindo sobre os possíveis caminhos para solução dessas dificuldades encontradas na construção do ensino-aprendizagem. Para tanto, nossos dados foram coletados em uma escola estadual, do município de Olho d'água do Borges-RN, procurando identificar quais são os métodos desenvolvidos pela professora responsável pela disciplina de Língua Portuguesa de uma turma do 7º ano do fundamental II para contemplar o ensino de alunos com autismo. Dessa forma, buscamos investigar os desafios encontrados pela professora no desenvolvimento do ensino na escola regular em sala de aula, e refletir sobre os possíveis caminhos para solução dessas dificuldades identificadas na construção do ensino-aprendizagem.

Para tanto, esta pesquisa é de cunho qualitativo a ser investigada de modo exploratório. Para a realização da pesquisa foi aplicado um questionário para a coleta de dados. É importante salientar que o questionário foi disponibilizado para a docente por meio de formulário eletrônico, devido as condições de isolamento social, por conta da Covid-19, já que a proposta inicial era ir a campo para realizar o questionário com questões discursivas a um (a) professor(a) do ensino fundamental II.

Para tal feito, desenvolveremos nossas discussões à luz das contribuições teóricas de Mantoan (2015), Coll, Marchesi, Palacios & Cols. (2004), Melo (2007), Declaração de Salamanca (1999), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 (BRASIL) 1994, O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM (2014) e a Convenção da Guatemala (1999), entre outros que embasaram as reflexões discutidas neste trabalho.

Dessa forma, a pesquisa encontra-se desenvolvida em três capítulos: no capítulo 1 a introdução, no capítulo 2 onde serão apresentadas as conceituações teóricas a partir das quais serão abordadas questões que envolvem o docente e as dificuldades enfrentadas por ele no ensino de alunos autistas, pontuando ainda as barreiras enfrentadas no ensino inclusivo com alunos diagnosticados com o transtorno do Espectro Autista. Além disso, também apresentamos algumas conceituações sobre o Espectro Autista. No capítulo 3 serão apresentadas análises e discussões sobre as dificuldades encontradas, os procedimentos metodológicos da pesquisa, os participantes e a realização da coleta de dados, por fim,

apresentamos as considerações finais que trazem o conjunto síntese de resultados da pesquisa.

A relevância social desse trabalho se dá pela necessidade de um estudo que possibilite a compreensão sobre o autismo e que possa ajudar no convívio social com pessoas autistas no ambiente escolar, para que se efetive a ideia da verdadeira inclusão e não apenas como um discurso que está fadado ao esquecimento. Sendo assim, esta pesquisa foi despertada pelo interesse pessoal de conhecer e analisar o trabalho do professor e suas maiores dificuldades em uma escola da rede pública de ensino, para assim, vencermos algumas barreiras e desconstruir o preconceito ainda existente no espaço escolar.

É sabido que, na atualidade, os conflitos que o professor do ensino regular enfrenta ao se deparar com um estudante autista em sua sala de aula tem sido cada vez maior. Assim, pesquisas como essa são necessárias no âmbito acadêmico para que se analise de uma forma mais específica, quais as dificuldades que o docente enfrenta com alunos autistas e quais os métodos avaliativos são aplicados pelos professores.

Crianças com autismo podem desenvolver talentos específicos em determinadas áreas do conhecimento, desde que, essas habilidades sejam identificadas e estimuladas de forma inteligente e esse passo inicial, muitas vezes, depende da escola.

2 EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: CONCEITUAÇÕES TEÓRICAS

Neste capítulo a nossa intenção é abordar o tema educação e inclusão com alunos autistas no ensino regular, esboçando uma trajetória desde a formação do docente, objetivando avaliar as dificuldades enfrentadas pelo professor diante do ensino inclusivo com alunos que possuem o diagnóstico de autismo.

2.1 A formação docente e as dificuldades enfrentadas no ensino inclusivo

Na década de 1980 a Educação Especial começa a ganhar o caráter de inclusão com o artigo 208; inciso III da Constituição Brasileira de 1988, que garante o atendimento especializado na rede regular de ensino aos indivíduos portadores de deficiência. Para chegar a inclusão, houve uma grande caminhada, passando pela exclusão, segregação e integração.

Quando se fala em educação inclusiva é preciso pensar não apenas no direito que esse aluno tem de estar dentro da escola, e sim que esse direito deve ser de entrada, permanência e terminalidade e não apenas de estar integrado na escola. Considerando a Lei Nº 3.218 de 05 de novembro de 2003 dispõe da universalização da educação inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal. Em seu Art. 1º, §1º discorre:

Entende-se por Educação Inclusiva o atendimento a toda as crianças em escolas do ensino regular, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades, ressalvados os casos nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança ou quando necessário para o bem-estar da criança (BRASÍLIA, 2003, parágrafo 1º).

A educação inclusiva vai além da questão da deficiência, a inclusão não é apenas aceitar esse aluno na escola, para que a inclusão aconteça os professores e toda a equipe escolar precisam estar comprometidos para fazer com que aquele ambiente escolar promova uma motivação para esse aluno, onde se possa descobrir a potencialidade do educando, garantindo que ele aprenda algo a partir do conhecimento de mundo que assimila por meio das experiências adquiridas no

ambiente social ao qual pertence. Desse modo, é pertinente que as suas habilidades sejam exploradas, a fim de construir a sua autonomia, melhoria das relações sociais, as necessidades cotidianas e etc. O documento, *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, A Escola comum inclusiva*, aponta que:

O desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional. Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades (BRASIL, 2010, p.10).

Mediante isso a educação inclusiva deve ocorrer de forma que envolva todo o sistema escolar, para que se possa buscar iniciativas que venham incluir esse aluno que apresenta alguma deficiência através de adaptações contextuais e situações em toda a escola. O papel da inclusão está além do professor, está também na escola como um todo. O professor em conjunto com a escola, deve desenvolver modelos de ensino e práticas pedagógicas contextuais e adaptadas as crianças com TEA, as quais, sem dúvida distinguem das rotinas padronizadas e tradicionais das salas de aula. Para que possa atender as necessidades desse aluno, sempre pensando em atividades que promovam o desenvolvimento social entre os alunos e as pessoas que fazem parte da escola etc. Conseqüentemente, com o trabalho plural, multidisciplinar, esse aluno criará interações e maior envolvimento com os demais colegas de sala de aula. O professor da sala de aula regular deve buscar trabalhar a inclusão de todos os alunos que estão naquela sala. Nesse sentido, Mantoan ressalta que:

Certamente, um professor que participa da caminhada do saber com os alunos consegue entender melhor as dificuldades e possibilidades de cada um. Ensinar a turma toda reafirma a necessidade de promover situações de aprendizagem que teçam o conhecimento por fios coloridos, que expressem diferentes possibilidades de interpretação e de entendimento de um grau de pessoas que atuam cooperativamente (MANTOAN, 2015, p.78).

Desse modo, o professor que busca promover a inclusão em sala de aula é capaz de conhecer as dificuldades, limitações e necessidades de cada aluno, pois sabe considerar as particularidades de cada um e busca planejar estratégias que

atendam às necessidades de toda a turma. Por conseguinte, torna assim possível a criação de metodologias que possam colaborar para o aprendizado do alunado.

Cabe ao educador desenvolver a propagação da autonomia de cada aluno na sala de aula, apoiando os estudantes nas suas novas descobertas. Ainda segundo Mantoan (1997, p. 123) destaca que para que a inclusão se concretize é preciso “(...) um esforço efetivo, visando capacitar os professores para trabalhar com as diferenças, a diversidade, nas suas salas de aula”.

Nessa mesma direção, sabemos que o professor, ao longo de sua jornada, enfrenta vários momentos desafiadores, entre eles a capacidade de conseguir desenvolver estratégias que possam promover a inclusão de alunos com TEA, levando em conta a diversidade que é encontrada dentro de uma sala de aula. É nesse momento que surgem alguns questionamentos sobre como os métodos adotados pelo docente estão sendo desenvolvidos diante da perspectiva inclusiva em sala de aula.

É necessário também pensar sobre a preparação que o profissional recebe para tal feito. Se o período da graduação e todos os processos formativos que envolvem a carreira docente, dão conta de preparar esse professor para atuar no sistema regular de ensino, em que encontrará uma diversidade de perfis de alunos em sala de aula? Esses e outros questionamentos devem ser levantados em consideração quando se discute sobre o desenvolvimento profissional do professor para a educação inclusiva.

Diante disso, Coll, Marchesi, Palacios & Cols. (2004) em sua obra *Desenvolvimento psicológico e educação*, afirmam que:

A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas entregadoras positivas nas escolas. É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas os professores especialistas em educação especial, não adquirem uma competência suficiente para ensinar a todos os alunos. Além disso, a formação tem uma estreita relação com sua atitude diante da diversidade dos alunos (COLL, MARCHESI, PALACIOS & COLS, 2004, p.44.)

Assim sendo, o professor deve estar disposto a enfrentar novas experiências, procurar sempre qualificações e capacitações para o aprimoramento da sua formação gradativamente. O professor que procura adequar a aprendizagem de

alunos a partir de suas necessidades educativas sejam elas motora, no campo visual, ou dificuldades de linguagem, precisa buscar estudar e aprender a forma adequada de fazer com que esse aluno venha desenvolver determinado conhecimento, procurando sempre estimulá-lo da melhor forma possível ao alcance de suas habilidades. A declaração de Salamanca define que os governos “garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas” (UNESCO, 1994, p.02).

Deste modo, se faz necessário por parte do governo a implementação de programas de apoio e assistência aos professores da rede regular de ensino, para que esse apoio chegue até as escolas, aos professores e alunos, é necessário que o governo reveja como está sendo desenvolvidas as suas políticas educacionais de forma que possa facilitar a assistência para professores e alunos.

Diante dessa perspectiva, é possível afirmar que a formação continuada é um direito do profissional e precisa ser efetivada pensando na valorização da diversidade que o professor vai encontrar na sala de aula. É preciso que o docente reveja suas práticas pedagógicas através de formações tanto iniciais como continuada, tendo em vista, que os sistemas de ensino devem estar comprometidos com as diferenças que estão presentes na sala de aula, para isso o professor precisa pensar em adaptações curriculares, e projetos políticos pedagógicos em conjunto com a escola.

É necessário ressaltar os dilemas sociais e econômicos que os professores enfrentam, e para melhor exemplificar isso Coll, Marchesi, Palacios & Cols. (2004) afirmam que:

Não pode ignorar o conjunto de condições que influem no trabalho do professor. Sua retribuição econômica, suas condições de trabalho, sua valorização social e suas expectativas profissionais são, ao lado da formação permanente, fatores que facilitam ou dificultam sua motivação e sua dedicação (COLL, MARCHESI, PALACIOS & COLS, 2004, p.44.)

Para que o professor consiga ter um bom desempenho na sua atuação docente em sala de aula, é imprescindível refletir sobre suas condições de trabalho que vão desde a desvalorização social por questões salariais ao apoio escolar que ele recebe, mas, que não é sempre que ocorre da maneira correta, e os suportes

necessários para desenvolver suas atividades em sala de aula que nem sempre é disponível, são fatores que influenciam para uma boa atuação na carreira dos profissionais docentes.

Ainda sobre formação de professores, no que se refere à inclusão em sala de aula, Stainback (2008) afirma que:

Deve ficar claro que bons mediadores de classe são fruto de aprendizagem, eles não nascem bons. Sempre há aqueles poucos professores que são mediadores naturais, que tiveram muito pouca capacitação formal, e que simplesmente parecem saber o que fazer na maioria ou em todas as situações problemáticas. Entretanto, a maioria dos professores precisam de uma capacitação adequada para um bom manejo das aulas (STAINBACK, 2008, p. 336).

Como sabemos, infelizmente é evidente o despreparo por parte de alguns professores da rede regular de ensino quando se trata de educação inclusiva, pois ao se depararem com situações problemáticas acabam não conseguindo intervir no que se diz respeito à inclusão escolar. Dessa forma, é importante ressaltar a necessidade de desenvolver capacitações voltadas para professores ao longo da sua carreira docente como por exemplo a formação de professores em relação ao tratamento pedagógico de crianças com TEA.

Nesse contexto, é importante lembrar que não se pode esperar apenas do professor toda a responsabilidade de se promover a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especializadas. É necessário um amparo e principalmente a participação de toda a comunidade escolar, para que isso aconteça, a escola precisa sempre buscar desenvolver estratégias que permitam que esse aluno com TEA se torne participante e atuante no processo de aprendizagem; tendo em vista os entraves que o professor enfrenta na sua carreira profissional, que vão desde uma remuneração desvalorizada e fatores sociais enfrentados dentro da própria comunidade escolar até a aceitação de pais de alunos mediante a sua metodologia.

Outra possibilidade para se promover a inclusão escolar é a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto com o professor auxiliar, de acordo com a Resolução nº 4 de 2009, o AEE deve ser:

Realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso

da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, Art.5).

O AEE é um serviço legitimado que tem como propósito auxiliar alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, realizado por um profissional da educação que tenha formação para o AEE em uma sala de recursos multifuncionais, mas, como sabemos não é algo acessível nas escolas. Esse profissional, muitas vezes não está presente e o professor se torna único responsável pelo desenvolvimento educacional do aluno com TEA, aprendendo a adaptar suas metodologias e direcionamentos no ensino-aprendizagem dos alunos com TEA.

2.2 O autismo e a proposta de uma educação inclusiva

Etimologicamente a palavra autismo tem sua origem do grego, “AUTUS” que significa de si mesmo ou voltar-se para si mesmo. (LIRA, 2004; GOMES, 2007). Historicamente, esse termo foi empregado pelo psiquiatra Suíço Eugen Bleuler, pela primeira vez em 1911 para referir-se a características de esquizofrenia (GAUDERER, 1993).

Em 1943 o psiquiatra infantil Leo Kanner, passa a utilizar esse termo para se referir a um novo quadro nosológico denominado de Distúrbios Autísticos do Contato afetivo. Na época Kanner (1943) estudou onze casos de crianças que apresentavam estereotípias, um apego excessivo a rotina, dificuldades de lidar com mudanças e maneiras de se comunicar que não eram habituais (GOMES, 2007; LOPES – HERRERA, 2007). A partir da década de 1980, o autismo passa a ser compreendido como um transtorno do desenvolvimento.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) afirma que “As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B)” (DSM, 2014, p.97).

Assim, por não ser gerado de uma única causa identificada, já que as características de uma pessoa para outra são variadas e cada pessoa apresenta razões diversas, o autismo é considerado uma síndrome multicausal e multifatorial. Outras características do autismo são descritas por Grandin & Scariano (1999):

O autismo é um distúrbio do desenvolvimento. Uma deficiência nos sistemas que processam a informação sensorial recebida fazendo a criança reagir a alguns estímulos de maneira excessiva, enquanto a outros reage debilmente. Muitas vezes, a criança se “ausenta” do ambiente que a cerca e das pessoas circunstantes a fim de bloquear os estímulos externos que lhe parecem avassaladores. O autismo é uma anomalia da infância que isola a criança de relações interpessoais. Ela deixa de explorar o mundo à sua volta, permanecendo em vez disso em seu universo interior (GRANDIN & SCARIANO, 1999, p.18).

Assim, o indivíduo com autismo demonstra uma dificuldade na comunicação, bem como no processamento sensorial. Sua cognição social é afetada e essas limitações na interação fazem com que a pessoa com autismo viva em um universo diferente, no qual ele não consegue entender o que fazer para conseguir socializar com o outro.

O isolamento e a preferência em estar sempre sozinho fazem com que o autista evite ambientes abertos e com muitas pessoas à sua volta, e é por esse motivo que se torna tão difícil estabelecer um vínculo social com pessoas com autismo. A escola enquanto ambiente no qual a socialização é necessária pede um contato maior, tanto entre o professor e aluno quanto entre aluno e aluno, a influência do ambiente escolar na socialização do aluno autista deve ocorrer de forma que venha contribuir no desenvolvimento desse estudante proporcionando a ele uma interação com os demais colegas de classe, no qual será proporcionado a ele a oportunidade de vivenciar diferentes experiências.

Em relação às leis e legislações que amparam a pessoa autista, pode-se enunciar a Declaração de Salamanca (1999), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 (BRASIL) 1994, e a Convenção da Guatemala (1999). Um dos pontos principais da declaração de Salamanca é que ela prevê a educação para todos, ou seja, não importa quem você é, seja qual for o seu grupo cultural, se você tem ou não algum transtorno. A sua base é que todas as pessoas recebam a educação, todas devem aprender juntas, para a declaração de Salamanca a escola deve ter uma administração descentralizada, isto é, tem que ter

a participação dos pais, da comunidade e voluntários, pois todos devem participar da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/96, em vigência, dedica o Capítulo V à educação especial e em seu artigo 58 trazendo a seguinte definição de educação especial:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, Art. 58).

Em outras palavras, educação especial é uma modalidade da educação escolar e não um sistema paralelo; tampouco um nível de educação. Isso significa que a educação especial perpassa a educação básica e superior. Esses educandos que fazem parte da educação especial são as pessoas que apresentam deficiência seja ela física, intelectual, sensorial relacionado à audição e visão, transtornos globais do desenvolvimento, temos como exemplo o autismo e os alunos com altas habilidades ou superdotação, são os casos em que apresentam uma grande facilidade por uma determinada área do conhecimento e demonstram um grande interesse por essa área.

Assim, esses alunos terão o apoio de um serviço especializado no que diz respeito ao desenvolvimento deles. Na perspectiva da educação inclusiva, eles serão matriculados na rede regular de ensino, mas se em razão das suas condições não for possível a sua integração, no sentido de inclusão, este atendimento será feito em classes especiais ou até mesmo com escolas especializadas.

Desse modo, o documento, *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar A Escola comum inclusiva*, apresenta os seguintes argumentos:

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil

e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão (BRASIL, 2010, p.09).

Pensar em uma escola comum inclusiva para todos, é pensar na participação de todos os alunos na escola regular e principalmente na importância da capacitação na formação dos professores para o atendimento educacional especializado, desse modo, o profissional de educação precisa inovar, repensar suas formas de ensinar e aprender, trabalhando em conjunto com a escola para atender as especificidades de cada aluno dentro do espectro autista e para que isso ocorra a educação inclusiva deve estar presente na proposta pedagógica da escola. Considerando isso, Gómez, Teran (2014) ressalta que:

Em relação aos sistemas de ensino, recomenda-se que se apresente de maneira estruturada e sistematizada e, como cada pessoal com autismo é diferente, os programas devem ser individualizados e dirigir-se às necessidades específicas de cada um. Como qualquer pessoa, as crianças com autismo têm pontos fortes e fracos que lhe são exclusivos (GÓMEZ, TERAN, 2014, p.537).

Assim sendo, a escola tem por dever se apresentar de modo que venha atender as necessidades de cada aluno autista e dirigir-se de modo especial ao que possui o diagnóstico do transtorno do espectro autista, saber respeitar e trabalhar da melhor forma possível com as peculiaridades recorrentes, buscando lidar com a diversidade e personalidade existentes e se adaptar às características pessoais de cada um. Ainda sobre inclusão na escola, Melo (2007) discorre que:

Quando se pensa em termos de inclusão, é comum a ideia de simplesmente colocar uma criança que tem autismo em uma escola regular, esperando assim que ela comece a imitar as crianças normais, e não crianças iguais a ela ou crianças que apresentam quadros mais graves (MELO, 2007, p.41).

Desse modo, a inclusão não pode ser vista somente como matricular a criança em uma escola regular e esperar que ela se adapte aquele ambiente; é preciso saber como amparar esse aluno, como contribuir para a evolução dele, valorizar as suas potencialidades e características específicas, pois é esse convívio escolar que vai ajudar na sua interação e habilidades comunicativas com o próximo.

3 RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO: REFLEXÕES E ANÁLISES SOBRE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TEA

Durante Este capítulo discutiremos sobre os desafios enfrentados pela docente, participante da pesquisa. Bem como, articulando com nossas análises sobre a prática inclusiva, tendo em vista os percalços pelos quais os docentes passam durante e após a formação para conseguir adequar seus métodos e sua prática no desenvolvimento necessário desses educandos.

3.1 Descrição do contexto da pesquisa

Este trabalho surgiu com a finalidade de analisar as dificuldades enfrentadas pela docente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos diagnosticados com TEA em uma escola da rede pública de Ensino, no município de Olho d'água do Borges.

A escolha por esse tipo de pesquisa se deu pelo interesse pessoal de conhecer e analisar quais são as dificuldades que o professor da rede pública de ensino enfrenta atualmente para trabalhar com o aluno autista em sala de aula. Sobretudo, tendo em vista o fato de ser um tema relevante que colaborará para a carreira docente de educadores que atuam em sala de aula com alunos diagnosticados com autismo.

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a empírico-teórica, tendo como base a abordagem qualitativa. Segundo Minayo, a pesquisa qualitativa:

Trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO,2001, p.14)

Pode-se perceber que, a pesquisa qualitativa investiga fenômenos sociais envolvendo o pesquisador na busca da amostragem dos resultados.

Quanto à estrutura física da escola onde a docente em análise trabalha atualmente como professora, a escola não possui salas amplas e bem iluminadas, as janelas são muito pequenas e as salas pouco ventiladas o que acaba deixando o ambiente muito quente, apesar de possuir uma professora auxiliar o colégio não

dispõe de um espaço adequado para a realização do atendimento educacional especializado, no momento é realizado na biblioteca da escola em um turno diferente com poucos materiais didáticos.

3.2 Participantes

Para a realização da pesquisa, contamos com a participação de uma professora de língua portuguesa que trabalha com um aluno com TEA autista em sala de aula, na escola campo de pesquisa formada em Pedagogia e em licenciatura em Artes Cênicas, com especialização em psicopedagogia e mestrado em Ciências Sociais.

Sobre o aluno citado na pesquisa, em uma conversa informal com a mãe do aluno, ela relata que o aluno recebeu o diagnóstico de autismo quando tinha apenas 2 anos de idade e hoje está com 12 anos, matriculado em uma turma do 7º ano no turno da tarde. O estudante frequenta a escola estadual do município desde os 6 anos de idade e apenas no ano de 2019 foi que ele começou a receber o apoio em sala de aula de uma professora auxiliar.

Sobre sua relação com a sua professora, a docente participante da pesquisa nos afirma que, por morar em outra cidade, o seu único momento de contato com o aluno é durante as aulas na escola, mas que procura sempre está em contato com a mãe dele para saber como ele está.

A professora ainda relatou que na maioria das aulas o discente está sempre calmo durante as aulas, sem manter muito contato com os demais colegas, e que o barulho da turma acaba o deixando irritado e um pouco agressivo, levando até a bater-se nele próprio.

3.3 Instrumento de coletas de dados

A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário, enviado a professorada disciplina de Língua Portuguesa de uma turma do 7º ano do fundamental II da escola em análise. O questionário aplicado nos trouxe um conjunto de respostas que nos orienta sobre o trabalho realizado pela professora em relação ao ensino-aprendizagem dos alunos com TEA.

Para Gil (2008):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p.121).

Assim, as respostas coletadas através do questionário nos encaminharam para as discussões e análises referentes às práticas inclusivas.

3.4 Inclusão e ensino-aprendizagem de alunos TEA: reflexões sobre a prática docente

A análise de dados dessa pesquisa foi realizada com base nas respostas de um questionário, com 10 questões abertas, enviado a professora via e-mail. Vale salientar que, durante as nossas discussões usaremos o nome fictício de **Maria** para identificar as falas da participante durante a análise. Iniciamos o questionário com as duas primeiras perguntas relacionadas a formação acadêmica da participante da pesquisa e sobre o seu tempo de atuação como docente.

Quadro 1- Formação Acadêmica

QUESTÃO 1: Qual a sua formação acadêmica?
MARIA: “Sou formada em Pedagogia (2003) e em Licenciatura em Artes Cênicas (2008) Com especialização em psicopedagogia (2007) e Mestrado em Ciências Sociais (2010)”.

Diante dessa resposta o que nos chama atenção é que Maria, a partir de sua formação, nos leva a entender que apresenta requisitos que encaminham suas práticas pedagógicas a buscar sempre, nos espaços escolares, a melhor forma de lidar com as dificuldades encontradas no processo de inclusão, pois, é sabido que o papel do psicopedagogo é de trabalhar com crianças e adultos em casos de dificuldades de aprendizagem e problemas comportamentais, procurando identificar

e tratar atrasos no desenvolvimento, aproximando-se das necessidades educacionais dos alunos outro fato que pode ser ressaltado aqui é o fato de Maria atuar como professora de língua portuguesa mesmo sem ter formação na área.

Além disso, percebemos que a professora continua assumindo um compromisso com a busca por novos conhecimentos e atualização do saber (Mestrado em Ciências Sociais) apesar da sua formação continuada não ser formação específica para acompanhamento de alunos com TEA. O professor, como sabemos, é um eterno aluno e como tal, precisa continuar acompanhando os novos direcionamentos que irão auxiliá-lo durante sua prática e seus métodos.

Quadro 2 – Tempo de profissão

QUESTÃO 2: Há quanto tempo é professora?

MARIA: “Desde 2001. 19 anos”.

Em relação ao tempo de profissão da participante da pesquisa, o fato de Maria nos relatar que já atua há 19 anos como professora nos faz refletir sobre sua experiência enquanto profissional, já que aprendemos de uma forma durante nossa formação acadêmica, mas o que nos leva a ampliar nossas visões acerca da profissão, encontrar alternativas, adaptações de métodos é a experiência durante a sua carreira profissional na educação.

Nas questões 03 e 04 analisamos sobre a relação da participante Professora Maria com alunos autistas durante sua experiência enquanto profissional. Dessa forma, apresentamos a análise de ambas as questões, relacionando-as:

QUESTÃO 3: É a primeira vez que tem contato direto com um autista?

MARIA: “Não”.

QUESTÃO 4: Há quanto tempo atende alunos com transtorno autista no ensino regular?

MARIA: “Desde eu ingressei na Educação do Município de Natal – RN, na E. M. Prof. Laércio Fernandes, em 2004”.

O fato da participante Maria nos afirmar que não é a primeira vez que tem contato direto com um autista e que desde 2004 atende alunos com autismo, mostra o quanto ela teve experiências em sua carreira docente em sala de aula, durante a sua trajetória como professora.

Sousa (2015) ressalta “a importância de o professor detectar as dificuldades de seus alunos, pois é indispensável que ele conheça todas as características e tenha um pleno conhecimento do que é o autismo. ”O fato da docente ter vivido experiência com vários alunos autistas durante a sua atuação em sala de aula é de muita importância para fazer com que ela se sinta cada vez mais preparada para trabalhar com eles.

Sobre o apoio ao professor para a recepção e ensino aprendizagem do aluno TEA, perguntamos a Professora Maria:

QUESTÃO 5: Você recebeu algum tipo de apoio ou preparação para receber esse aluno autista em sua sala? Se recebeu, quem ou como foi essa preparação?

MARIA: *“Sim. Na época recebemos formação e nossa escola tinha uma sala de atendimento educacional especializado (AEE) com uma profissional formada e com pós graduação na área de inclusão. Essa sala fazia atendimento com os alunos e alunas com algum tipo de transtorno de aprendizagem em horário oposto ao horário de aula do estudante, para garantir que o estudante participasse da aula na sala de aula regular com direito à uma professora auxiliar”.*

Nesta resposta podemos visualizar a preparação que a professora teve para trabalhar com esses alunos, ao relatar que recebeu treinamento para trabalhar com alunos com autismo, tal dado é muito importante, pois sabemos que a formação contínua e o atendimento educacional especializado, contribui bastante para o profissional que trabalha com alunos que apresentam alguma necessidade educacional especial, tendo em vista que todos nós enquanto docentes precisamos estar preparados para uma atuação inclusiva, independente de termos alunos com deficiência.

Como coloca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, no capítulo V, artigo 59, sobre alunos com deficiência, que os estabelecimentos de ensino os recebam.

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências [...], professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins [...] acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 19-20).

Essa preparação, seja ela por meio de capacitações ou formação contínua é essencial para a qualidade educacional bem como para contribuir para a formação continuada de docentes, o apoio pedagógicas salas de atendimento educacional especializado, como relata a professora Maria, é outro aspecto que vale ser ressaltado, pois são suportes essenciais para auxiliar no trabalho do professor em sala de aula.

Sobre o Atendimento Educacional Especializado, (AEE). Segundo o Decreto nº 6571, de 2008, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é definido como “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008, Art. 1, Parágrafo 1) e tem como objetivo:

I - prover condições de acesso e participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º 23; II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV – assegurar condições para a continuidade de estudo nos demais níveis de ensino. (BRASIL, 2008, Art. 2).

O AEE é um conjunto de ações que tem como objetivo complementar o desenvolvimento de alunos que apresentam alguma necessidade educacional específica. Esse atendimento acontece na escola em uma sala de recursos

multifuncionais que será trabalhado as habilidades social, acadêmica e de comunicação desse aluno, sempre no horário contrário das aulas da escola regular.

O AEE não pode ser visto como um atendimento de reforço, e sim um recurso a mais oferecido pensando nos alunos com alguma deficiência ou transtorno, a fim de complementar ou suplementar a aprendizagem. O público do atendimento educacional especializado são alunos que apresentam alguma deficiência “de natureza física, intelectual ou sensorial que podem ter obstruída/dificultada sua participação plena e efetiva na sociedade diante de barreiras que esta lhes impõem” (ONU, 2006).

Na questão 6 perguntamos a Maria se ela se sentia capacitada para trabalhar com alunos com TEA.

QUESTÃO 06: Na sua opinião você se sente capacitada para trabalhar com alunos autistas? Justifique sua resposta.

MARIA: *“Eu me sinto capacitada, porém no momento trabalho em três escolas do Estado do Rio Grande do Norte e uma no Município de Umarizal. Apenas uma delas (E. E. 20 de Setembro, em Olho D’água do Borges-RN) dispõe de uma professora auxiliar, que se faz necessário e fundamental para um trabalho de inclusão na educação escolar. Então posso dizer que nessa escola me sinto capacitada”.*

Neste aspecto, é possível destacar que a professora em sua resposta afirma que, apesar dela se sentir capacitada para trabalhar com alunos autistas, apenas uma das três escolas onde ela atua oferece o suporte necessário com o apoio do professor auxiliar, o que reflete a importância e urgência de manter as instituições preparadas para atender a diversidade de alunos, pois mesmo quando a docente sente-se capacitada, ainda encontra dificuldades pela falta do professor auxiliar.

Dessa forma, ao afirmar que se sente capacitada devido ao apoio do professor auxiliar, e mesmo assim apresenta dificuldades nas outras escolas nos faz questionar como está a educação hoje, já que não são todas as escolas que dispõem de um professor auxiliar tal dado é muito preocupante, pois é preciso pensar também, que nem todas as escolas recebem esse tipo de apoio, ocorrendo assim o descumprimento das leis e infelizmente o que acaba acontecendo é que os

professores não conseguem desenvolver a aprendizagem desses alunos que apresentam algum tipo de transtorno de aprendizagem.

Deste modo, se faz necessário destacar a necessidade de um trabalho que mobilize a todos desde instâncias maiores como Governo, Estado, sistema educacional, até a própria estrutura e organização da instituição como direção e coordenação.

Sobre os desafios que a docente enfrentou no ensino de alunos com TEA perguntamos.

QUESTÃO 07: Descreva quais os principais desafios que você já enfrentou ou enfrenta no processo de ensino e aprendizagem com alunos autistas?

MARIA: *A estrutura da escola e os suportes que são escassos. A sala de aula era muito quente e pouco iluminada o que causava inquietação no aluno autista. Não havia um momento de planejamento em conjunto com a professora auxiliar (por falta de tempo, e também nossos horários de planejamento não coincidiam de ser no mesmo dia/horário por razões de logística pedagógica.*

Na questão 7, a fala da professora é voltada para as dificuldades que podem surgir durante o processo de inclusão. Ao retratar a realidade da escola, que apresenta pouco suporte para atender as necessidades dos alunos, que apesar de contar com o AEE na escola, ele não suporta todas as implicações e resolução de problemas no ensino-aprendizagem dos alunos com TEA e não se encontra estruturada fisicamente para acolher esse aluno no ambiente escolar, deixa claro um fato preocupante, que infelizmente se repete em muitas escolas da rede regular de ensino: a falta de estrutura física. Um problema que já parece comum nas escolas da rede pública de ensino, e quando situações como essa relatada pela professora acontecem, o aluno aprende menos, sente fadiga e se sente incomodado.

É importante ressaltar que os problemas de estrutura física de uma escola prejudicam o ensino aprendizagem de todos os alunos, e não só os com TEA, independentemente de sua deficiência ou não, essa inquietação do aluno autista relatado na fala da professora diante da falta de estrutura do ambiente, por ser muito quente e pouco iluminado, nos faz refletir que não são só os métodos docente que precisam se adequar, a escola também precisa se adequar para receber esse aluno

e conseguir proporcionar um ambiente de qualidade e bem estruturado que atenda a diversidade encontrada em sala de aula.

Quanto as exigências para uma instituição atender a toda comunidade estudantil de forma acessível, o Governo Federal sancionou a lei Nº13.005, de 25 de junho de 2014 que garante o plano nacional de educação –(PNE) nortear as escolas no seu bom funcionamento, assim como está definido em uma de suas estratégias a seguir:

7.18) assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência (BRASIL, 2014).

A infraestrutura escolar exerce um impacto na qualidade da educação dos alunos influenciando diretamente no seu desempenho, um ambiente bem iluminado, ventilado e acessível faz toda diferença no processo de aprendizagem dos estudantes. O discente precisa dessas condições básicas para aprender, a conservação e manutenção desse espaço é muito importante, e para que isso ocorra, o investimento público é de fundamental importância não oferta de um ambiente escolar de qualidade.

Em relação às questões de planejamento em conjunto com a professora auxiliar que nesse caso, não acontecia por falta de tempo e pelo fato dos horários não coincidirem, é um aspecto que vale ser discutido, já que a resolução nº 4 do conselho nacional de educação de 02 de outubro de 2009, institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:] ...]estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009. p. 2 e 3)

O trabalho entre o professor auxiliar e o professor da sala comum, deve ser desenvolvido de forma conjunta e para que possa acontecer essa articulação entre ambos. Devem conhecer as necessidades e limitações de cada aluno para a

realização de um plano educacional individualizado respeitando as especificidades de cada um, pois será fundamental para o processo de ensino e aprendizagem desses alunos com necessidades especiais.

QUESTÃO 08: Quais os tipos de atividades desenvolvidas em sua disciplina com o aluno autista da turma do 7º ano?

MARIA: *“As atividades que eu desenvolvia com o aluno, junto à professora auxiliar, era a mesma atividade que eu passava para a turma (geralmente). Eu trabalhava com as disciplinas de Arte e Língua Portuguesa, o que me possibilitava desenvolver atividades interdisciplinares por meio de projetos, nos quais realizamos até mesmo produção de curta metragem com a participação do aluno”.*

A resposta dada mostra que a professora tinha o cuidado de envolver o aluno autista nas atividades coletivas, proporcionando momentos de interação com os demais colegas, através de atividades de socialização e motora como na atividade citada pela professora na realização de um curta metragem. O fato dela lecionar duas disciplinas que podem ser trabalhadas em conjunto, permitia promover atividades que auxiliavam no desenvolvimento do discente.

A professora relata que geralmente desenvolvia atividades que eram aplicadas tanto ao aluno autista quanto ao restante da turma, adaptando o conteúdo, mas mantendo a forma, oferecendo oportunidades iguais, compreendendo o tempo de cada um, fazendo assim com que o aluno autista se sentisse capaz de desenvolver a mesma tarefa que a turma toda realizava.

QUESTÃO 09: Com relação aos métodos em sala de aula de antes e de agora: quais as mudanças em sua prática pedagógica a partir da experiência com alunos com necessidades especiais. Justifique sua resposta.

MARIA: “Não há um “antes” e um “agora”, pois desde que iniciei minha prática docente já dava aula para alunos com necessidades especiais, das mais diversas: Deficiência física, auditiva, visual, mental, Deficiências múltiplas e cognitivas. O que posso dizer de “antes” e “agora” tem mais relação com as instituições de ensino, pois no início de meu trabalho como professora (na Educação Municipal de Natal) eu percebia que havia políticas de inclusão na escola o que favorecia o trabalho pedagógico. Quando ingressei nas escolas da Rede Pública do Estado do Rio Grande do Norte me deparei com uma realidade de total descaso com os alunos com necessidades especiais, isso no ano de 2012. Não havia espaço nem profissionais para um suporte ou atendimento especializado, só no ano passado é que vi (em uma das três escolas do Estado) uma intervenção por meio da contratação de professoras auxiliares para o aluno com necessidade especial. Porém isso ainda é muito pouco para a demanda da necessidade de atendimento especializado. A escola precisa oferecer um espaço adequado e com materiais didáticos apropriados”.

A professora mais uma vez demonstra se sentir capacitada, ao afirmar que não há um antes e um agora, em relação aos métodos de ensino em sala de aula, pois desde o início da sua carreira docente trabalhou com alunos com necessidades especiais. Para ela o antes e agora está relacionado as instituições de ensino, sua resposta é reveladora, ao afirmar que quando começou a trabalhar em escolas da rede pública do estado do Rio Grande do Norte, o que encontrou foi um total descaso no que se referia ao ensino de crianças com necessidades especiais. A falta de investimento e incentivo na educação pública para pessoas que apresentam necessidades especiais é uma realidade que infelizmente vivenciamos até os dias atuais.

Se recordarmos a resposta da questão 07 da professora, ratifica o que ela afirma agora na questão 08 ao revelar a falta de estrutura das escolas públicas para atender a esses alunos. A participante colaboradora demonstra sentir uma carência no que se refere a estrutura física das escolas estaduais em que atuou, bem como da falta de profissionais especializados, e a demanda de professores para atuarem no atendimento especializado que ainda é muito pouco, este é um fator que pode prejudicar na sua atuação docente em sala de aula, tendo em vista que alunos com necessidades especiais necessitando acompanhamento de um profissional especializado.

QUESTÃO 10: Diante da sua experiência, quais medidas podem ser tomadas para melhorar o atendimento e a inclusão dos alunos autistas em sala de aula?

MARIA: *Investimento na educação por parte das políticas públicas.*

Na questão 10 a professora foi bem sucinta em sua resposta ao afirmar que, cabe ao governo investir em políticas públicas voltadas para a educação. Ao refletirmos em que essas políticas públicas poderiam atuar, podemos ressaltar aqui a necessidade de projetos e leis que sejam desenvolvidos e cumpridos com extremo rigor, já que sabemos que apesar do governo ter avançado muito no que se desrespeito às leis voltadas para a educação inclusiva no Brasil, na prática infelizmente isso ainda é muito pouco, pois nem sempre o que se está estabelecido nas leis se realiza.

Para que o professor possa se sentir capacitado ao desenvolver o seu trabalho em sala de aula, é necessário uma atenção maior por parte dos governantes ao que se refere tanto aos programas de treinamento e capacitações para aperfeiçoamento de suas práticas docentes, como no investimento de contratações de professores auxiliares especializados para atuarem em sala com esses alunos, vale lembrar também a importância de se ter uma boa infraestrutura nessas escolas que irão receber os alunos com necessidades educativas especiais.

Dessa forma, foi possível notar, a partir das discussões e das respostas da docente ao questionário, que as dificuldades sentidas giram em torno das condições vivenciadas em escolas da rede pública do Estado do Rio Grande do Norte nas quais trabalhou, como por exemplo, o pouco suporte no atendimento especializado, a falta de materiais para trabalhar com alunos autistas, além de problemas de infraestrutura encontrado nas escolas. Apesar de toda sua experiência na educação atuando em sala de aula Maria ressaltava a necessidade e a importância de investimentos por parte de políticas públicas na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por analisar quais os desafios que o docente enfrenta com alunos autistas no processo de ensino-aprendizagem, em uma escola estadual do município de Olho d'água do Borges. De início este trabalho surgiu como seguinte questionamento “*quais os suportes necessários o docente recebe para trabalhar com aluno autista em sala de aula no processo de ensino aprendizagem*”?

Partindo do interesse de constatar que havia a necessidade de mostrar como se faz necessário um acompanhamento de um profissional especializado para auxiliar e contribuir para que esse aluno tenha bons resultados; e para isso era importante estudar quais eram as barreiras enfrentadas pelo docente no processo de ensino-aprendizagem com alunos com TEA.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral analisar as dificuldades enfrentadas pelo docente no processo de ensino aprendizagem dos alunos diagnosticados com o transtorno do espectro autista. Pode-se constatar que o objetivo geral foi alcançado, pois a pesquisa mostrou que os desafios enfrentados pelo docente não são apenas ao que se refere a ausência do auxílio de um professor especializado, mas também, os problemas de estrutura física da própria escola e o pouco material que existe disponibilizado para trabalhar com esses alunos com necessidades educacionais especializadas.

Para os objetivos específicos tratamos de identificar quais os métodos desenvolvidos pelo professor de língua portuguesa para contemplar o ensino com alunos autistas; investigar as dificuldades encontradas no desenvolvimento do ensino pelo professor da escola regular em sala de aula com alunos autistas; e refletir sobre os possíveis caminhos para solução dessas dificuldades apontadas na construção do ensino e aprendizagem.

A pesquisa mostrou que apesar da docente se sentir capacitada para atuar em sala de aula com alunos autistas, e as suas experiências em trabalhar com alunos com necessidades especiais durante a sua carreira profissional na educação, além do seu interesse pessoal de estar sempre buscando novos conhecimentos, através de especializações mestrado e capacitações ao longo da sua carreira como professora, ela ainda sente falta de mais recursos didáticos disponibilizados pela instituição e questões de infraestrutura da própria escola

somando a falta de planejamento em conjunto com a professora auxiliar, são aspectos que precisam ser vistos com uma atenção maior e infelizmente dificultam no trabalho do processo de desenvolvimento de ensino e aprendizagem dos alunos autistas na escola em estudo.

Verificou-se que apesar da escola contar com o apoio de uma professora auxiliar falta ainda um planejamento em conjunto com a professora auxiliar, para que seja possível desenvolver estratégias que contribuam no bom desenvolvimento desse aluno respeitando suas limitações e especificidades e descobrir o seu potencial ao longo da sua vida escolar.

Por meio das teorias utilizadas foi possível perceber a importância dos teóricos para a contribuição desse trabalho no que se refere as dificuldades enfrentadas pelo docente, pois destacam a importância de ser visto o conjunto de condições que irá influenciar no trabalho do professor, Coll, Marchesi, Palacios & Cols. (2004). A pesquisa realizada deixa evidente que os resultados foram alcançados ao mostrar que o apoio do profissional especializado é primordial e contribui para o bom desempenho de alunos autistas.

Desta forma, acredita-se que a docente não pode receber toda a responsabilidade sozinha e conseguir fazer com que o aluno com transtorno do espectro autista se desenvolva em sala de aula, esta obrigação deve ser de todos que compõem o ambiente escolar, além do bom acolhimento no que se refere a estrutura física e bem ampliada da escola para atender as necessidades de alunos autistas.

Ressaltamos, por fim, que ainda existe muitas lacunas que precisam ser exploradas com relação ao processo de ensino-aprendizagem de alunos com TEA, seja por meio de capacitações ou apoio pedagógico para o docente que atua em sala de aula com esses alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CEB nº 8/2010. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei no 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Relator Mozart Neves Ramos. Brasília: CNE, 2010.

Brasil. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20/11/2020

BRASIL. Decreto Nº 6571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado**, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 25/10/2020

BRASIL. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Brasília: Ministério da Educação, 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D3298.htm>>. Acesso em: 25/10/2020

Brasil. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3956.pdf>>. Acesso em: 30/10/2020.

BRASIL. Lei Nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 04/10/2020

BRASIL. Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 20/10/2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN**. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20/10/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação**

COLL, César *et al.* **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Especial. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12716 &Itemid=863](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12716&Itemid=863)>. Acesso em: 30/10/2020.

FERREIRA, Bárbara C.; MENDES, Enicéia G.; ALMEIDA, Maria A.; DEL PRETTE, ZILDA, A. P. Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. **Revista Educação Especial**: revista da UFSM, Rio Grande do Sul, 2007.

GAUDERER, E. Christian. **Autismo**. [S.l]: Atheneu, 1993.

GOMES, Camila G. S. **Desempenhos emergentes na aquisição de leitura funcional de crianças com autismo**. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: <http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2128>. Acesso em 10/09/ 2020

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. São Paulo: Grupo Cultural, 2014

GRANDIN, Temple; SCARIANO, Margaret M. **Uma menina estranha**: autobiografia de uma autista. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

LIRA, Solange M. de. **Escolarização de alunos autistas**: histórias de sala de aula. 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[http://www.btd.uerj.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes\[\]=18&processo=sar=Processar](http://www.btd.uerj.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes[]=18&processo=sar=Processar)>. Acesso em: 18/09/ 2020.

MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desafios Atuais na Formação do Professor de Educação Especial**. v. 24. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2006.P. 12-17.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Ana Paula de. **Adaptação curricular para autistas no ensino fundamental I: um enfoque na legislação educacional.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado de Psicopedagogia), Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1814/1/APO21062016>>. Acesso em: 12/11/ 2020.

Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009.

SOUSA, Maria Josiane Sousa. **Professor e o autismo: desafios de uma inclusão com qualidade.** Brasília 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15847/1/2015_MariaJosianeSousaDeSousa_tcc.pdf>. Acesso em: 28/10/2020

STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

ANEXOS**ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PATU (CAP)
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DL

Da: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Campus Avançado de Patu

Para: o (a): Ilmo (a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: Escola Estadual 20 de Setembro

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Senhor(a), Diretor(a)

Estamos apresentando a V. S^a. a aluna
_____ que está em processo de

conclusão do Curso de Graduação em Letras.

É requisito parcial para a conclusão do curso a realização de um estudo monográfico sobre um tema de escolha da aluna, cuja temática escolhida foi “Educação e Inclusão: um estudo sobre as dificuldades enfrentadas pelos docentes no ensino de alunos com transtorno autista”, as estratégias metodológicas para desenvolvimento de tal pesquisa podem envolver: entrevistas com professores, por meio de formulário digital e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelo docente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos diagnosticados com transtorno do espectro autista na Escola estadual 20 de setembro, no município de Olho d’água do Borges.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no e-mail: karolinyoliveira@uern.br.

Maria Karoliny Lima de Oliveira

Professora do Departamento de Letras – Orientadora da pesquisa

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PATU (CAP)
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientanda do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Avançado de Patu e estou realizando um estudo sobre “Educação e Inclusão: um estudo sobre as dificuldades enfrentadas pelos docentes no ensino de alunos com transtorno autista”. Assim, gostaria de consulta-lo(a) sobre se interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de um formulário eletrônico com questões discursivas.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os seus dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como as respostas do questionário, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou pelo e-mail _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

ASSINATURA DO(A) PESQUISADOR(A)

ASSINATURA DO(A) PROFESSOR(A) PARTICIPANTE DA PESQUISA

ANEXO C – QUESTIONÁRIO APLICADO A PROFESSORA

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PATU – CAP
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DL**

QUESTIONÁRIO APLICADO À PROFESSORA

Prezada professora,

Este questionário é um instrumento de pesquisa da graduanda do curso de Letras/Português, Departamento de Letras– UERN/CAP, cujo objetivo geral é analisar as dificuldades enfrentadas pelo docente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos diagnosticados com transtorno do espectro autista na Escola estadual 20 de setembro, no município de Olho d'água do Borges.

O seu nome permanecerá em sigilo e as repostas do questionário propostos serão utilizadas somente para a pesquisa.

Desde já agradeço pela compreensão e participação.

Pesquisadora Roberta Menezes, email: robertamenezes154@gmail.com

1. Qual a sua formação acadêmica?

2. Há quanto tempo é professora?

3. É a primeira vez que tem contato direto com um autista?

4. Há quanto tempo atende alunos com transtorno autista no ensino regular?

5. Você recebeu algum tipo de apoio ou preparação para receber esse aluno autista em sua sala? Se recebeu, quem ou como foi essa preparação?

6. Na sua opinião você se sente capacitada para trabalhar com alunos autistas? Justifique sua resposta.

7. Descreva quais os principais desafios que você já enfrentou ou enfrenta no processo de ensino e aprendizagem com alunos autistas?

8. Quais os tipos de atividades desenvolvidas em sua disciplina com o aluno autista da turma do 7º ano?

9. Com relação aos métodos em sala de aula de antes e de agora: quais as mudanças em sua prática pedagógica a partir da experiência com alunos com necessidades especiais. Justifique sua resposta.

10. Diante da sua experiência, quais medidas podem ser tomadas para melhorar o atendimento e a inclusão dos alunos autistas em sala de aula?
